

# Contra os negacionismos: A História Pública, o ensino de história e o papel do professor de História como intelectual público no combate aos abusos do passado<sup>1</sup>

Contra los negacionismos: la historia pública, la enseñanza de la historia y el papel del profesor de historia como intelectual público en la lucha contra los abusos del pasado

**Elvis de Almeida Diana**

Doutor em História pela UFMG

Professor de História da SEE-MG

E-mail de contato: eaediana844@gmail.com

**Recebido:** 20/09/2023

**Aprovado:** 19/02/2024

**Resumo:** Neste artigo, buscamos realizar uma revisão bibliográfica acerca da relação entre a História Pública e o Ensino de História enquanto um meio necessário no combate aos negacionismos históricos e aos abusos do passado. Para isso, dividimos este manuscrito em três partes. Na primeira, tratamos sobre os negacionismos e como essa prática é uma ameaça à historiografia, ao ensino de história e à democracia. Na segunda, debruçamo-nos sobre o necessário papel do Ensino de História e a História Pública frente a tais ameaças, ressaltando as relações entre esses âmbitos e a teoria da história. Por fim, destacamos como a união entre a História Pública e o Ensino de História consiste em uma complementaridade essencial no combate aos negacionismos sobre o conhecimento histórico, enfatizando a função do historiador e do professor de História como intelectuais públicos e éticos, na tarefa de realizar mediações entre a Universidade e diversos grupos sociais, com base nas proposições de Marta Rovai (2018), Fernando Penna e Rodrigo Ferreira (2018).

**Palavras-chave:** História Pública; Ensino de história; Negacionismo.

**Resumen:** En este artículo pretendemos realizar una revisión bibliográfica sobre la relación entre Historia Pública y Enseñanza de la Historia como medio necesario para combatir el negacionismo histórico y los abusos del pasado. Para ello dividimos este manuscrito en tres partes. En el primero, abordamos el negacionismo y cómo esta práctica es una amenaza para la historiografía, la enseñanza de la historia y la democracia. En el segundo, nos centramos en el papel necesario de la Enseñanza de la Historia y de la Historia Pública frente a tales amenazas,

---

<sup>1</sup> O presente manuscrito se origina de algumas reflexões iniciais que foram apresentadas na modalidade de comunicação oral no V Seminário Nacional de Pesquisa em História Social - "Diálogos entre História Social, Ensino de História e História Pública", do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, realizado em 2023. No entanto, este artigo é uma ampliação robusta de tais reflexões incipientes apresentadas no mencionado evento.

destacando las relaciones entre estas áreas y la teoría de la historia. Finalmente, resaltamos cómo la unión entre Historia Pública y Enseñanza de la Historia consiste en una complementariedad esencial en la lucha contra el negacionismo sobre el conocimiento histórico, enfatizando el papel del historiador y del profesor de Historia como intelectuales públicos y éticos, en la tarea de realizar mediaciones. entre la Universidad y diversos grupos sociales, a partir de los planteamientos de Marta Rovai (2018), Fernando Penna y Rodrigo Ferreira (2018).

**Palabras-clave:** Historia Pública; Enseñanza de la historia; Negacionismo.

### **Introdução**

Neste artigo, não objetivamos esgotar os debates sobre as relações entre a História Pública, o Ensino de História, a teoria da história e a história da historiografia como um meio para o combate aos negacionismos. No entanto, intencionamos realizar uma revisão bibliográfica aprofundada a respeito do que já foi e tem sido produzido recentemente sobre tal inter-relação de modo a refletirmos, mais especificamente, e sempre a partir da bibliografia pertinente, sobre como o historiador/professor de história pode ser pensado como um intelectual público e ético, e atuar, pelas mais diversas formas, no enfrentamento às distorções da história atualmente. Desse modo, propomos iniciar este manuscrito tratando, em linhas gerais, sobre o que significam tais condutas problemáticas (os negacionismos) e seus riscos à historiografia, à democracia e ao ensino de história. Em seguida, passaremos a discutir, mediante as contribuições teóricas mais recentes, acerca da necessária inter-relação entre História Pública, teoria da História, história da historiografia e do Ensino de História para o questionamento e o combate aos negacionismos e abusos do passado. Por fim, principalmente com base nas proposições de Marta Rovai (2018), Fernando Penna e Rodrigo Ferreira (2018), reiterar e exaltar a atuação do professor de história como intelectual público e ético no combate aos negacionismos e abusos do passado.

### **Os negacionismos como ameaça à historiografia, ao ensino de história e à democracia**

Considerando tal ponto de partida, o que propomos, inicialmente, está relacionado a uma explanação mais geral sobre o assunto, realizada, reiteramos, por meio de uma revisão da bibliografia pertinente a respeito do tema. Para uma definição geral sobre o termo “negacionismo”, podemos recorrer ao que pondera Luís Edmundo de Souza Moraes (2011):

[...] é possível considerar o negacionismo como uma *fraude* em um duplo sentido, materializada por meio do falseamento dos critérios de legitimidade que ele afirma praticar. Por um lado, trata-se de uma *historiografia falsificada*, ou seja, de um texto que falsifica de forma consciente suas referências de legitimidade, reivindicando o caráter de escrito historiográfico sem sê-lo, apresentando formas próprias ao texto historiográfico (linguagem, notas de rodapé, lista bibliográfica, etc), mas ao mesmo tempo em que rompe com seus fundamentos e limites. Por outro, trata-se de um *passado falsificado*, que também de forma consciente é produzido, ancorado na recusa de todos os indícios e evidências que o contradigam, reivindicando o caráter de proposições verificáveis sem sê-lo. (MORAES, 2011, p. 15, grifos do autor).

Em termos mais específicos, e conforme a historicização do conceito realizada por Alexandre de Sá Avelar, Patrícia Valim e Berber Bevernage (2021), a noção de “negacionismo” ficou conhecida pela sua utilização, por parte do historiador francês Henry Rousso, quando esse autor visou a tratar a respeito de alguns indivíduos que questionaram a veracidade do assassinato de judeus pelos nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial (ROUSSO, 1987, p. 166 *apud* AVELAR; VALIM; BEVERNAGE, 2021).<sup>2</sup> Ainda segundo os autores, mesmo após o conflito e o genocídio dos judeus na década de 1940, vários escritores, tais como Roubert Faurisson e David Irving<sup>3</sup>, por exemplo, empreenderam, ao longo do século XX, um esforço considerável para reforçar publicamente as teses negacionistas sobre o tema. Buscavam, desse modo, argumentar que o holocausto teria sido uma “mentira” criada pelos próprios judeus, exaltando, por exemplo, supostas “impossibilidades técnicas” dos campos de concentração, pois esses locais não teriam possuído tamanha capacidade de extermínio e as câmaras de gás teriam servido somente para “desinfetar” os presos (BARDÈCHE, 1948; RASSINIER, 1987; BUTZ, 1979; FAURISSON, 1999; IRVING, 1977 *apud* AVELAR; VALIM; BEVERNAGE, 2021, p. 16).

No entanto, os negacionismos não ficaram limitados somente às discussões sobre o Holocausto, tendo tal postura se ampliado e tangenciado outras temáticas delicadas do passado de vários países a partir do início do século XXI, tornando-se mais “[...] multifacetado [...], a partir de uma miríade de formas de negação de outros genocídios e também (sic) de reconstruções revisionistas de passados mais ou menos sensíveis em diversos países” (AVELAR; VALIM; BEVERNAGE, 2021, p. 17). E isso estaria relacionado, segundo os autores, a três eixos de análise mais gerais a respeito dos atuais negacionismos históricos, quais sejam: 1) o cunho difuso dos negacionismos, que dizem respeito ao aspecto geográfico e, também, da autoria de

---

<sup>2</sup> No entanto, ainda a partir de seu diálogo com Rousso, Avelar, Valim e Bevernage destacam que antes mesmo do negacionismo sobre o Holocausto vir à tona, na década de 1940, a negação de outros genocídios já ocorria décadas antes. É o caso, principalmente, da negação do genocídio armênio por parte do governo turco desde 1915, ano desse acontecimento (AVELAR; VALIM; BEVERNAGE, 2021).

<sup>3</sup> Irving, por exemplo, processou a historiadora Débora Lipstadt pelo fato de essa autora ter questionado as obras do referido escritor inglês e afirmado que ele teria deturpado fontes históricas, visando a um interesse de seu presente. Sobre o tema, ver: (CARDOSO, 2021).

caráter coletivo de tais manifestações, ao passo que, antes, tais obras e autores eram mais facilmente identificados; 2) o crescente fomento do Estado; e 3) uma reação dos negacionistas às medidas de reparação históricas, o “direito à verdade” e ao surgimento das comissões da verdade desde a década de 1980, principalmente na América Latina (NATALI, 2017 *apud* AVELAR; VALIM; BEVERNAGE, 2021, p. 20). De modo condizente com o que colocamos até aqui está, em nossa ótica, o que Walderez Ramalho, Augusto de Carvalho e Samira Peruchi Moretto afirmam, quando argumentam que “[...] os debates sobre o fenômeno político e social do negacionismo e, de maneira mais ampla, dos usos públicos e políticos do passado, envolvem questões complexas e diversas, que podem ser situadas nas fronteiras entre a epistemologia e a ética da história” (RAMALHO; CARVALHO; MORETTO, 2023, p. 10). E, de fato, mostra-se notável, ainda nos dias de hoje, a ascensão dos negacionismos e revisionismos de ordem ideológica (e não historiográfica), os quais visam minar o conhecimento construído sobre o passado e que são divulgados mediante a deturpação de fatos e falseamento de informações relativas aos mais diversos processos históricos. Para além do já mencionado Holocausto<sup>4</sup>, temas como a escravidão, conflitos com os indígenas durante época colonial e a ditadura civil-militar brasileira – somente para citar alguns deles – foram alçados no centro do debate público, de modo a negar evidências consolidadas pela historiografia (NAPOLITANO, 2021; AVELAR; VALIM; BEVERNAGE, 2021).

Dentre os revisionismos e negacionismos atualmente mais conhecidos, podemos citar, também, os que Maria Lígia Prado elenca, quais sejam: 1) não ter havido um golpe de Estado no Brasil em 1964, igualmente destacado por Napolitano (2021); 2) as imagens que reforçam os preconceitos e, conseqüentemente, a distância que separa o Brasil do restante da América Latina, caracterizadas por visões historiográficas e políticas deturpadas sobre a região (PRADO, M. L., 2021). Grosso modo, segundo Arthur Lima de Avila (2021), tais práticas consistem em uma conduta adotada majoritariamente pelas direitas, ou, mais especificamente, a “Nova Direita”, em ascensão desde, pelo menos, 2015 no Brasil. Isso, segundo o autor, seria caracterizado pelas omissões e silenciamentos de grupos sociais e étnicos colocados à margem ao longo da história e convergiria, também, com um contexto mais amplo, marcado pelo “ódio à democracia”, em

---

<sup>4</sup> Mais especificamente sobre a questão dos usos do passado, o Holocausto (ou a *Shoah*), traumas, as disputas e a deturpação da memória e problemas ético-políticos e historiográficos decorrentes, ver: (VIDAL-NAQUET; 1988; CALDEIRA NETO, 2009; BRAGA; GARCIA, 2021; CARDOSO, 2021; BRAGA, 2023). Conferir, também, o dossiê Revisionismos, negacionismos e usos políticos do passado, organizado por Igor Tadeu Camilo Rocha e Thiago Prates, publicado recentemente na *Revista Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/issue/view/2175>. Acesso em: 16/10/22.

diálogo direto de Avila com Jacques Rancière (RANCIÈRE, 2014 *apud* AVILA, 2021). E a supramencionada conduta, qual seja a caracterizada pela prática dos negacionismos, segundo Marcos Napolitano (2021), é composta pelas duas referidas formas de distorção em prol de disputas e interesses políticos do presente, o negacionismo e o revisionismo históricos<sup>5</sup>, sobre os quais o autor trata da seguinte forma:

A primeira distorção é o recurso à mentira pura e simples sobre um evento ou fato histórico comprovado por fontes e por consenso de historiadores (independentemente das interpretações que se possa fazer sobre suas causas ou desdobramentos), conhecido pelo nome de *negacionismo*<sup>6</sup>. A segunda distorção é a apropriação seletiva de fatos igualmente comprovados, sem a devida complementação de informações, para reforçar a tese negacionista. A isso chamaremos de *revisionismo ideológico* (NAPOLITANO, 2021, p. 86-87, grifos do autor).

Embora os negacionismos estejam se manifestando de forma perceptível atualmente, e consistam em uma conduta problemática cada vez mais debatida pelos historiadores, tais expressões não são uma prática nova. Conforme apontam Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus e Edgar Avila Gandra, a partir da leitura de Jacques Le Goff feita por esses autores, o negacionismo é algo que se mostra presente, ao menos, desde a década de 1980, com a negação do Holocausto por meio de um “falso rigor histórico”, em um contexto “[...] marcado pela valorização do passado e pela aceleração da história [...]” (JESUS; GANDRA, 2020, p. 4). E o mais contraditório é que, ainda segundo Jesus e Gandra (2020), por um lado, um dos principais modos de ação dos negacionistas é o de desacreditar e desqualificar o trabalho historiográfico já consolidado em variados assuntos, principalmente sobre o Holocausto, afirmando que aquele se encontra monopolizado por alguns grupos universitários específicos. Por outro lado, utilizam-se de uma postura positivista e empirista em relação às fontes históricas para tal finalidade, como forma de atribuir um caráter científico e crítico ao que buscam defender, e sugerir um distanciamento em relação à “[...] posturas intolerantes, como por exemplo, do racismo e da xenofobia, posicionamentos que já cercearam suas iniciativas, levando tais grupos a terem problemas legais para difusão de suas propostas políticas-ideológicas” (JESUS; GANDRA, 2020, p. 4).

---

<sup>5</sup> Conferir, também, o trabalho de Márcio Selligmann-Silva (2021) sobre a relação entre revisionismo e negacionismo, e o papel da história como elemento de preservação das memórias traumáticas (SELLIGMANN-SILVA, 2021).

<sup>6</sup> Segundo Napolitano, o negacionismo extrapolou o contexto e a temática do Holocausto judeu durante a Segunda Guerra Mundial, e encontrou espaço em debates sobre diversos outros processos históricos, tais como a escravidão, as ditaduras e vários genocídios ao longo da história, o que fomentou o surgimento de um âmbito complementar seu, o “revisionismo ideológico” (NAPOLITANO, 2021). Também é válido que mencionemos o termo “revisionismo apologético”, cunhado por Caroline Silveira Bauer, ao tratar sobre os revisionismos que visam defender o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar no Brasil (BAUER, 2018).

Conforme Napolitano (2021), o revisionismo historiográfico não consiste, em si mesmo, em um problema, pelo contrário: contribui para o avanço da historiografia ao tratar sobre novas perspectivas e fontes renovadas, visando ao avanço do conhecimento do passado acerca das mais diversas temáticas e processos históricos. No entanto, ainda segundo o autor, o problema radica em uma especificidade nociva do revisionismo, qual seja o já mencionado “revisionismo ideológico”, o qual objetiva reunir fontes que ratifiquem uma ideia já anteriormente formada a respeito de um processo histórico específico. Assim,

[...] Esse tipo de revisionismo é refém de objetivos meramente ideológicos, da falta de método e da ética da pesquisa historiográfica. Trata-se daquele revisionismo calcado na manchete sensacionalista sobre um tema histórico, na apropriação descontextualizada de trabalhos historiográficos, no anacronismo, no uso acrítico de fontes (tomadas como “prova factual” a partir de uma leitura superficial, sem crítica ou contextualização), sempre com o intuito de defender uma tese dada *a priori* sobre o passado incômodo e sensível (NAPOLITANO, 2021, p. 99-100, grifos e aspas do autor).

Porém, o revisionismo ideológico pode se “cruzar”, em alguns momentos, com o revisionismo historiográfico, pois o primeiro muitas vezes não hesita em se utilizar do segundo a depender de seus objetivos político-sociais. Inclusive, o faz para descredibilizar, com base no anacronismo e no sensacionalismo, discussões de caráter progressista, visando à destruição desse conhecimento por meio “[...] da mentira e da explicação enviesada sobre fatos e processos históricos polêmicos” (NAPOLITANO, 2021, p. 100). Tais fragilidades metodológicas e sensacionalismos desempenhados por essa conduta antiética, às quais Thales Francisco Ribeiro denominou de “parametodologia” (ou metodologias pseudocientíficas) (RIBEIRO, s/d *apud* NAPOLITANO, 2021, p. 102), poderiam ser combatidas, segundo Napolitano, com uma “metametodologia” (NAPOLITANO, 2021, p. 100). Também é necessário, segundo o autor, sempre ter, como norte ético, político, pedagógico e historiográfico, a “verdade histórica” como defesa contra os negacionismos e revisionismos ideológicos, não enquanto a verdade factual e cientificista “dura” dos historiadores do século XIX, mas sim a “verdade referencial”, em termos ontológicos e éticos (NAPOLITANO, 2021, p. 109-110). Nesse sentido, essa última abordagem (a “metametodologia”) poderia e deveria ser utilizada tanto por historiadores acadêmicos, quanto professores de História do ensino básico, de modo não neutro e calcada na crítica das fontes, evidências e amparado pelos diversos aportes teóricos disponíveis (NAPOLITANO, 2021, p. 105).

Rodrigo Patto Sá Motta (2020) possui perspectiva semelhante à colocada por Napolitano (2021). Segundo Motta,

Obviamente, alguns pressupostos da historiografia metódica do século XIX estão superados, como a perspectiva linear sobre o fenômeno da temporalidade (conectada ao otimismo progressista), o eurocentrismo e o objetivismo cientificista, por exemplo. No entanto, seria equivocado questionar todo o legado dessa tradição, até porque fazem parte dos mesmos princípios modernos a valorização do debate crítico e a abertura de reflexões teóricas que renovam o campo. Essa discussão implica, também, tema espinhoso e complexo, a verdade, o relativismo radical e a chamada pós-verdade. Acreditar que nenhuma verdade é realmente alcançável pelo conhecimento histórico significaria, no limite, admitir que todas as versões podem ser igualmente aceitáveis. Se assim fosse, não poderíamos estabelecer quem tem razão no debate sobre tortura na ditadura, por exemplo. (MOTTA, 2020, p. 35).

Nesse sentido, Motta propõe que nós, historiadores, adotemos “verdades básicas” e/ou “simplórias”, porém capazes de fazer frente e combater os negacionismos e as *fake news* atuais, ou seja, “uma verdade provisória, portanto, referenciada no conhecimento que se pode estabelecer hoje” (MOTTA, 2020, p. 36). Tais procedimentos problemáticos, os negacionismos, estão em convergência, a nosso ver, com o que Fernando Nicolazzi, em entrevista para o *blog Café História*, realizada em 2021, aponta sobre os usos políticos do passado, conceitos e ações que o mencionado historiador define como sendo a utilização pública de indivíduos e eventos pretéritos para objetivos de cunho exclusivamente político do presente. Alguns exemplos, destacados por Nicolazzi, são a exaltação da escravidão e da ditadura militar brasileira (NICOLAZZI; MARQUES, 2021, online). Embora as considerações de Nicolazzi nos sejam válidas para pensar no que consistiriam tais utilizações do passado para determinadas finalidades políticas do presente, entendemos que a concepção de Pedro Paulo Funari (2021) sobre o assunto robusteça ainda mais o debate. Funari trata tanto sobre os usos do passado, os quais seriam uma ação mais passiva, de usar o passado sem necessariamente reelaborá-lo, mas também sobre a *recepção* e as *apropriações* a respeito de momentos pretéritos, de modo que esses sejam ressignificados pelos atores históricos e do presente. Além disso, o autor também versa sobre os *abusos* realizados sobre o passado, os excessos caracterizados pelos anacronismos (principalmente os relacionados à Antiguidade, ligadas ao gênero e à questão racial para legitimar as dominações sociais ulteriores) que, por sua vez, também seriam a base formadora das tão conhecidas *fake News* de hoje em dia (FUNARI, 2021).

Também acreditamos ser relevante considerarmos o que argumenta o historiador holandês Antoon de Baets (2013) sobre os usos irresponsáveis da História e os prejuízos que tais condutas causam. Para De Baets, discordando indiretamente de Funari (2021), a nosso ver, não seria possível afirmar que é o passado o objeto de abusos, mas sim a disciplina História, sendo que “É a história que pode sofrer abuso, não o passado. Fontes, fatos e opiniões sobre o passado

podem ser intencionalmente distorcidos, mas o passado em si mesmo não pode ser afetado por atos praticados no presente.” (DE BAETS, 2013, p. 21). Além disso, para o autor, todas as condutas abusivas em relação ao processo de produção do conhecimento histórico, ou seja, à historiografia, constituem necessariamente um prejuízo de cunho social, coletivo (DE BAETS, 2013, p. 26), e isso remete, inclusive, aos riscos do comprometimento da credibilidade pública dos próprios historiadores<sup>7</sup> (DE BAETS, 2002, p. 22 *apud* DE BAETS, 2013, p. 26).<sup>8</sup>

Além disso, acreditamos que estamos diante da questão da “verdade histórica” em tempos da chamada “pós-verdade”. Conforme bem pontua Sônia Meneses (2020), mitos foram elaborados para se interpretar e explicar o Brasil desde o século XIX: no oitocentos, houve o advento da teoria das três raças para buscar dar conta da ideia de que o Brasil era formado pela miscigenação.<sup>9</sup> No século XX, com a ideia da “cordialidade”<sup>10</sup>, buscou-se tratar sobre a possibilidade de um país mais “coeso”; e, finalmente, no atual século em que estamos, alimentou-se a crença em uma democracia bem consolidada (MENESES, 2020). No entanto, ainda conforme pontua a autora, “[...] sob o manto das invenções cordiais, um mar revolto de golpes, preconceitos, desigualdades e violências movimentava outros fluxos temporais e sociais.” (MENESES, 2020, p. 49, aspas da autora). De um modo ou de outro, os negacionismos, os revisionismos ideológicos e os usos (ou abusos) do passado (e/ou da História), seus anacronismos e as *fake News* históricas e atuais estão interligados entre si. E qual seria o papel do historiador, do professor de história, do Ensino de História e da teoria da História diante desses desafios? Vejamos.

---

<sup>7</sup> No mesmo sentido, Heloísa Murgel Starling (2019) argumenta que a fraude, cometida em relação à História, também implicaria em um problema para a democracia, pois a falta de uma verdade histórica resultaria na ausência de referenciais para a contestação das ações dos governantes no exercício do poder (STARLING, 2019).

<sup>8</sup> Ainda sobre os usos e/ou “abusos” da História, além dos diversos significados atribuídos a essa disciplina enquanto projetos políticos ao longo do tempo e atualmente, ver o recente artigo de Joan W. Scott (2023).

<sup>9</sup> Segundo Meneses, em seu diálogo com Lília Schwarcz (SCHWARCZ, 2019 *apud* MENESES, 2020, p. 51-52), essa é uma referência à teoria das três raças, elaborada por Karl Von Martius ainda na época do incipiente IHGB, e, posteriormente, retomada e consolidada por Gilberto Freyre, que contribuiu para o início da ideia de “democracia racial” como forma de se defender que a população brasileira foi constituída por essa “mistura” de raças. Essa ideia, inclusive, foi utilizada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, ainda durante a campanha presidencial de 2018, quando afirmou que, no Brasil atual, não havia dívida nenhuma a respeito da escravidão justamente por causa dessa “mistura” e pelo fato de que, supostamente, terem sido os próprios africanos quem venderam os seus conterrâneos para os portugueses. Ainda segundo a autora, tal afirmação se aproxima do que defende Leandro Narloch em seu livro “Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil” (2009) (MENESES, 2020, p. 51-52). Para uma discussão no mesmo sentido, ver também: (MARTINS, 2023).

<sup>10</sup> Aqui, Sônia Meneses muito provavelmente se referiu à ideia do “homem cordial”, elaborada por Sérgio Buarque de Holanda no capítulo 5 de seu clássico livro *Raízes do Brasil* (1936 [1995], p. 139-151).

## A inter-relação entre a teoria da História, a História Pública e o Ensino de História para a formação democrática

Ainda em diálogo que estabelecemos com Napolitano (2021), destacamos que a “metametodologia” proposta pelo referido autor, a qual já mencionamos, e seus pressupostos abrange não somente o historiador acadêmico, mas também o professor de História do ensino básico, pois esse não é e não deve ser um simples reprodutor ou repetidor da historiografia que é produzida dentro da Universidade. Deve ir além: manter um diálogo contínuo com o que advém da academia. Assim, isso é necessário para que o professor da rede básica, formado na Universidade, estabeleça uma linguagem “acessível aos alunos que devem desenvolver um pensamento histórico e conhecer as bases da produção do conhecimento sobre o passado”, além de evitar juízos de valor e prezar pela objetividade sem deixarem de ser críticos e engajados (NAPOLITANO, 2021, p. 105).

Acreditamos que, diante dos ataques sofridos pela História e na mesma linha que Napolitano argumenta, está o que Rodrigo Patto Sá Motta (2020) defende acerca da necessidade de se repensar o Ensino de História, e esse “repensar”, segundo o autor, deveria ser centrado no estabelecimento de uma maior aproximação entre a Universidade e a educação básica. Além disso, ainda de acordo com Motta, deve-se atribuir um relevo maior ao ensino da história recente, focando-se no combate às manifestações públicas que defendem a volta da ditadura militar, intensificadas de 2014-15 para cá, “[...] sem descuidar das outras áreas, mas de olho na luta pela democracia” (MOTTA, 2020, p. 40). Assim, “[...] não se trata de ensinar as crianças a seguirem tal ou qual cartilha, mas a analisarem a nossa experiência histórica coletiva em tom crítico (e fundamentado em evidências), estimulando-as a fazerem escolhas conscientes e orientadas por suas convicções e interesses” (MOTTA, 2020, p. 40).

Em consonância com tais colocações de Napolitano e Motta estão, em nossa visão, o que Maria Ligia Prado (2021) defende a respeito de expressões e ações que não necessariamente consistiriam em um revisionismo historiográfico, mas sim em algo decorrente disso, que desembocaria em um patrulhamento ideológico do ensino de História nas instituições de ensino em geral. Esse último ponto está relacionado à visão, recentemente construída por políticos e grupos conservadores brasileiros, de que os professores, principalmente os de História, devem ser “vigiados” e “controlados” devido à “promoção da doutrinação ideológica” que supostamente seria realizada pelos docentes (PRADO, M. L., 2021).

Esse movimento conservador e intimidador ficou conhecido como “Escola Sem Partido” e fomentou a criação de projetos de lei de ensino domiciliar (ou *homeschooling*), justamente para que os pais evitassem que seus filhos tivessem contato com uma suposta “doutrinação” nas escolas (PRADO, M. L., 2021). No entanto, a autora ressalta como esse tipo de medida pedagógica possui um viés elitista, pois restringe a educação ao âmbito privado, remetendo, assim, ao total prejuízo da esfera pública e da ampliação da cidadania (PRADO, M. L., 2021). Por fim, a autora defende que a figura do professor de História, nas escolas, é essencial para a formação dos estudantes a respeito do passado e sua existência no presente, de modo a contribuir, assim, para a construção de um pensamento crítico e uma conduta democrática (PRADO, M. L., 2021).<sup>11</sup> Fernando Penna e Rodrigo de Almeida Ferreira (2018) também tratam sobre o cerceamento promovido pelo movimento Escola Sem Partido, mas também destacam a falta de autonomia docente e intelectual trazida pela nova BNCC que, desde meados dos anos 2010, vem sendo discutida e está em vigência no Brasil. Segundo os autores, esse documento engessa a prática intelectual e docente do professor de História, haja vista que a Base é organizada em códigos com descrições rígidas (PENNA; FERREIRA, 2018).

Acreditamos que, no mesmo sentido de tais cerceamentos, estão as colocações de Funari (2021) a respeito da necessidade do ensino de História frente aos abusos do passado, os quais insistem em conformar e naturalizar o senso comum construído ao longo do tempo como meio de subalternização e dominação de determinados grupos sociais, visando a combater as *fake news* históricas (FUNARI, 201, p. 142-143). Nesse sentido, diante de tais desafios, e como asseveram Jaime Pinsky e Carla Bassanezy Pinsky, nós, enquanto historiadores e professores, precisamos defender a História e “temos a obrigação de enfrentar e sobrepujar a ignorância<sup>12</sup>, mesmo quando ela se apresenta de forma ameaçadora” (PINSKY J.; PINSKY C., 2021, p. 11).

---

<sup>11</sup> Embora haja reações a essa investida conservadora e autoritária. Um exemplo de movimento contrário a tais ameaças é o chamado “Professores Contra o Escola Sem Partido” (PCESP), o qual tem, como membros, os professores Fernando de Araújo Penna (UFF), Renata Aquino, Fernanda Moura, Fabiany Melo, Carina Martins e Diogo Salles. Dentre os mencionados docentes, Penna é o que mais tem atuado publicamente em debates sobre o tema. Ver: (PENNA; FERREIRA, 2018).

<sup>12</sup>Embora também seja mister termos em mente o que argumenta Caroline Silveira Bauer sobre a impressão de que a enunciação de tais discursos negacionistas e revisionistas “apologéticos” ser um simples resultado da ignorância e do desconhecimento da história, como muitos *memes* da internet ainda veiculam nos dias atuais, o que, implicitamente, atribuiria a responsabilidade aos professores de História a respeito do êxito ou fracasso da educação sobre o passado. Ainda segundo a autora, é preciso entendermos que tais expressões antidemocráticas são resultado de uma intenção consciente de manifestação, no âmbito público, em prol da volta da ditadura militar no Brasil, por exemplo (BAUER, 2018). Também sobre esse tema, ver: (BAUER; NICOLAZZI, 2016). De qualquer modo, tais manifestações públicas, ao menos desde 2015, a respeito da função atual da História consistem, segundo Ana Maria Mauad, Junielle Rabelo de Almeida e Ricardo Santhiago, em um “[...] recrudescimento do papel da História como uma das bússolas orientadoras da vida política, social e cultural contemporânea” (MAUAD; ALMEIDA; SANTHIAGO, 2016, p. 11).

Por outro lado, diante do aumento crescente do fascínio pelo passado, de meados do século XX em diante (HUYSSSEN, 2000; SARLO, 2007 *apud* RAMALHO; CARVALHO; MORETTO, 2023, p. 4), também há uma “demanda” para que os historiadores tratem sobre os temas históricos publicamente, seja no ambiente escolar, na imprensa, nas redes sociais, no Youtube, entre outros espaços e meios de comunicação atuais, por meio de variados suportes.<sup>13</sup> É neste ponto em que acreditamos ser possível estabelecer uma reação. Nesse sentido, endossamos as propostas de vários autores a respeito da relevância e necessidade da História Pública para a divulgação da pesquisa histórica e, também, para pensarmos a atuação do historiador e outros profissionais, apesar dos diversos significados existentes para esses termos ao longo do tempo e em variados países (ALMEIDA; ROVAI, 2011; SANTHIAGO, 2016; LIDDINGTON, 2011), conforme veremos a seguir.

Sem termos a pretensão de tratar sobre todos os debates realizados a respeito da História Pública, buscamos nos utilizar de algumas balizas teóricas para refletir acerca da relação entre a História Pública e o Ensino de História, de modo a combater os negacionismos, os revisionismos ideológicos e as *fake News* na área de História e, conseqüentemente, os anacronismos e abusos de âmbito político-social decorrentes de tais elementos. Nesse sentido, concordamos inteiramente com Mateus Henrique de Faria Pereira e Valdeí Lopes de Araujo a respeito de a História Pública, assim como a história do tempo presente<sup>14</sup>, ser um dos meios fundamentais para reivindicar o presente por parte da História de modo a pensar saídas para o que os autores denominam “atualismo”, no qual as extremas-direitas têm tido vantagem nos últimos anos (PEREIRA; ARAÚJO, 2021).<sup>15</sup> Conforme as palavras dos mencionados autores:

Chamamos de atualismo essa historicidade hegemônica, em que o real se confunde com a atualidade experimentada como um presente vazio e autocentrado. Para tentarmos sair da “gaiola” atualista precisamos desafiar a compreensão corriqueira de que a história é apenas passado. Parcela significativa das chamadas história do tempo presente

---

<sup>13</sup> A respeito das “demandas sociais” dos historiadores a partir de questões do presente, Ricardo Santhiago, Viviane Trindade Borges e Rogério Rosa Rodrigues (2020) realizam um debate denso, por meio das contribuições teóricas sobre o conceito de “demanda social” discutido por autores como Pierre Sauvage, Marieta de Moraes Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. Conforme propõem Santhiago, Borges e Rodrigues, além da fotografia, da música, do cinema e da História Oral, os quais contribuíram e contribuem para a consolidação do caráter científico da História, também seria pertinente se considerar e analisar outros tipos de fontes, quais sejam os memes e as ferramentas próprias das redes sociais, a exemplo dos *stories* (SANTHIAGO; BORGES; RODRIGUES, 2020).

<sup>14</sup> Para uma discussão densa sobre a historiografia, os aspectos teóricos e as possibilidades da produção de uma História do Tempo Presente, ver: (DOSSE, 2012).

<sup>15</sup> Valdeí Lopes de Araújo argumenta que o avanço das direitas nos últimos anos, no Brasil, iniciou-se por meio do movimento Escola Sem Partido que, juntamente com as chamadas histórias “politicamente incorretas”, buscaram desqualificar o professor de história do ensino básico e, posteriormente, prosseguiu com os ataques aos docentes universitários. Por fim, tais investidas teriam desembocado na hostilidade contra o conhecimento científico e médico, durante a pandemia de COVID-19 (ARAÚJO, 2023, p. 29).

e *história pública* parecem avançar nessa direção de uma reivindicação do presente pela história. Entendemos que esse desafio é cada vez mais necessário (PEREIRA; ARAÚJO, 2021, p. 16, grifos nossos, aspas dos autores).

Considerando o que afirmam Pereira e Araújo acima, e em diálogo com a questão colocada por Ana Maria Mauad, Ricardo Santhiago e Viviane Trindade Borges, consideramos urgente questionarmo-nos acerca de “que história pública queremos?” (2018, p. 9-12). É uma questão complexa, mas, para respondê-la, utilizamo-nos das proposições dos próprios autores que mencionamos anteriormente:

*A história pública que queremos* procura reconhecer [...] as tradições disciplinares e interdisciplinares (e as indisciplinadas, por que não?), as instâncias de apreciação e de crivo, que há décadas fazem parte do fazer história dentro e fora do Brasil. Por estas razões, *a história pública que queremos* não se pensa como um campo disciplinar para erguer novos limites; longe disso, propõe-se como uma plataforma de onde se observam a confluência de atitudes comuns face ao tempo e às temporalidades históricas, disseminadas por diferentes instituições, por meio de temas diversos, combativos e difusos, potencializada pela diversidade cultural do nosso país de dimensões continentais (MAUAD; SANTHIAGO; BORGES, 2018, p. 12, grifos dos autores).

Acreditamos que a resposta de Mauad, Santhiago e Borges à pergunta, feita pelos próprios autores, está de acordo com o que propõe Thamara de Oliveira Rodrigues quando trata sobre algumas formas de abertura para a escrita e produção de histórias que a autora denomina de “não convencionais” (RODRIGUES, 2019). Em diálogo teórico com a historiadora polonesa Ewa Domanska, a respeito do conceito de “histórias não convencionais” elaborado por essa autora (DOMANSKA, 2004 *apud* RODRIGUES, 2019, p. 103-106), Rodrigues argumenta que a História Pública seria uma dessas formas “não convencionais”, pois, conforme afirma a autora, contribuiria para o fim da dicotomia entre o conhecimento “acadêmico” e o “não acadêmico” e, ainda, desconstruiria a ideia de que a História seria apenas um produto a ser consumido pela sociedade (RODRIGUES, 2019, p. 113-114, aspas da autora, tradução nossa). Nesse sentido, e em consonância com o que propõe Thamara Rodrigues, entendemos que a concepção de Jill Liddington sobre a temática da História Pública também nos seja essencial para o combate aos negacionismos. Esta autora a considera como uma forma de superar o simples entretenimento propriamente dito, e a concebe mais enquanto um meio de ação mediadora (como “verbo”) praticada pelas e pelos historiadores: “A história pública tem importância real e urgente, dada a crescente popularidade das representações do passado nos dias de hoje.” (LIDDINGTON, 2011, p. 50). No mesmo sentido, acreditamos ser necessário estarmos atentos ao que defendem Junielle Rabelo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2013) a respeito da História Pública:

Deve-se salientar que fazer história pública não é só ensinar e divulgar certo conhecimento. Pressupõe pluralidade de disciplinas e integração de recursos diversos. É um novo caminho de conhecimento e prática, de como se fazer história, não só pensando na preservação da cultura material, mas em como colaborar para a reflexão da comunidade sobre sua própria história, a relação entre passado e presente. Enfim, como tornar o passado útil para o presente (ALMEIDA; ROVAL, 2013, p. 2-3).

Também concebemos ser fundamental considerarmos os modos de realização da História Pública e suas relações que propôs Ricardo Santhiago, quais sejam: “[...] a história feita *para* o público [...]; a história feita *com* o público [...]; a história feita *pelo* público [...]; e *história e público*” (SANTHIAGO, 2016, p. 28, grifos do autor). Nesse sentido, endossamos a leitura feita por Nicolazzi a respeito de tais proposições de Santhiago, a qual consiste no fato de que não é possível privilegiar algum dos pontos anteriormente destacados, pois “[...] *não há produção de história sem que haja, simultaneamente, a produção de um público para essa história.* O que cabe indagar aqui, sobretudo, é quais são as condições dessa produção, de que maneira um e outro são produzidos. E é aqui que *a dimensão da democracia toca de maneira mais decisiva.*” (NICOLAZZI, 2019b, p. 218, grifos nossos).

Desse modo, concordamos com Jurandir Malerba (2014) quando o autor, em sua crítica a autores que escrevem uma história “anedótica” e politicamente incorreta<sup>16</sup>, como Leandro Narloch, por exemplo, sustenta ser necessário que os historiadores acadêmicos estejam atentos à História Pública (a qual alcança grandes audiências) e suas variadas formas de divulgação (livros, internet, museus, televisão, cinema, etc). Malerba (2014; 2017) também chama a atenção para a urgência de os historiadores, atuantes na Universidade, inserirem-se no mencionado debate, “[...] inclusive por cuidado para com o ensino e as práticas didáticas [...] ultrapassando os muros da academia para cada vez mais tomar parte, como especialistas, nos debates de interesse público” (MALERBA, 2014, p. 43). Enfim, como forma de atuarem como “historiadores públicos”, conforme defendeu Robert Kelley: “historiadores públicos entram em ação sempre que, em suas especialidades, tomam parte no processo público” (KELLEY, 1978 *apud* MALERBA, 2014, p. 29).

---

<sup>16</sup> Ver, também, as análises e as críticas, feitas por Arthur Lima de Avila e Fernando Nicolazzi, sobre a empresa *Brasil Paralelo*, produtora de vídeos sobre História que vem despertando a reação dos historiadores a respeito de seus conteúdos sem compromisso com o rigor metodológico e ético a respeito da ditadura civil-militar brasileira e outros temas (AVILA, 2021; NICOLAZZI, 2019). Antes mesmo da *Brasil Paralelo*, houve, conforme nos informa Carlos Gustavo Nóbrega Jesus, o surgimento de outros exemplos de negacionismos tais como algumas obras publicadas pela Editora Revisão no Rio Grande do Sul, no final da década de 1980, a qual teve o polêmico livro intitulado *Holocausto judeu ou Alemão? Nos Bastidores da Mentira do Século*, de autoria do próprio fundador da Editora, Siegfried Ellwanger, como uma das primeiras publicações. A referida obra foi acusada de possuir conteúdo racista e, ainda segundo Jesus, devido aos vários processos legais que sofreu, viu-se obrigada a encontrar novas formas de divulgação, principalmente na internet. Ver: (JESUS, 2006 *apud* JESUS; GANDRA, 2020). Sobre essa temática, ver também: (CALDEIRA NETO, 2009).

Para além da questão da produção e divulgação do conhecimento histórico de modo ético, e mediante balizas teórico-metodológicas necessárias, tão relevante quanto é a necessidade de se pensar as relações entre a História Pública e o Ensino de História no combate aos negacionismos, revisionismos ideológicos e as *fake News*, de forma interligada.<sup>17</sup> Nessa linha, estamos atentos ao que propõe Bruno Leal (2021) quando o autor relembra e reforça a “educação cidadã”, proposta por Paulo Freire, em contraposição à “educação bancária” (pautada basicamente na simples “transmissão do conhecimento”). Nesse sentido, educar para a cidadania<sup>18</sup>, na leitura de Leal sobre a obra de Freire, pressupõe o reconhecimento do “direito à verdade” (LEAL, 2021, p. 169).

Nesse sentido, Rodrigo de Almeida Ferreira (2018) defende que a escola consiste em um local no qual essa inter-relação se dá de modo mais notório, sendo a instituição escolar um espaço privilegiado para isso. O autor destaca o aumento do interesse de professores do ensino básico a respeito da História Pública, ainda mais devido às diversas práticas utilizadas para fomentar o conhecimento histórico junto aos alunos, que vão desde textos complementares até fotografias, pinturas, jogos eletrônicos, visitas a museus etc. Estabelece-se, assim, uma relação entre docentes e discentes, de modo que os primeiros proporcionam um espaço para divulgação e circulação do conhecimento histórico, ao mesmo tempo em que os segundos também têm papel ativo nessa relação, pois possuem seus saberes adquiridos em sua trajetória de vida e social, e em consonância com “[...] o *histórico circulante*, construído por meio de variadas linguagens, narrativas e suportes culturais”, aos moldes de uma educação reflexiva e crítica proposta por Paulo Freire (FERREIRA, 2018, p. 34-35).<sup>19</sup> As supracitadas colocações de Ferreira se mostram essenciais

---

<sup>17</sup> Também acerca dos problemas enfrentados pelos professores de história atualmente com a disseminação dos negacionismos, estes que vêm sendo impulsionados pela velocidade da internet e caracterizados pelas várias formas de deturpação da história, conferir os artigos dos seguintes dossiês temáticos, publicados recentemente: Dossiê “O Ensino de História e os desafios do tempo presente: disputas de narrativas, mídias sociais e negacionismos” (2023), organizado por Willian Júnior Bonete, Lisiane Sias Manke e Arnaldo Martin Szlachta Junior, e publicado pela Revista Aedos (UFRGS) (Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/issue/view/4734>. Acesso em 12/09/23); Dossiê “Ensino de História: os desafios da sala de aula em tempos de negacionismo histórico”, publicado pela Revista Faces de Clío (2023) (Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/issue/view/1729>. Acesso em: 12/09/23).

<sup>18</sup> Outras contribuições ao debate também trataram sobre a relação entre a História Pública e a cidadania, tais como o trabalho de John Tosh ([2008] 2022), no qual o autor afirma que, para que os historiadores possam construir a “boa cidadania” de modo a “revitalizar” o público, seriam necessários alguns elementos essenciais, tais como: “expor o mito politicamente inclinado, colocar nossas preocupações em narrativas mais amplas, testar os limites da analogia e, acima de tudo, mostrar como a familiaridade com o passado pode abrir portas para um sentido mais amplo das possibilidades do presente.” (TOSH, [2008] 2022, p. 43).

<sup>19</sup> Assim como Rodrigo Ferreira, outros autores também se propõem a pensar as relações entre a História Pública e a Educação (Ensino de História), mediante vieses teóricos distintos e a partir de diversos meios (inclusive as mídias digitais), tais como: (ANDRADE; ANDRADE, 2016; FONSECA, 2016).

para entendermos as inter-relações entre a História Pública e o Ensino de História, em termos mais práticos e palpáveis. No entanto, também é necessário estarmos atentos ao que o próprio autor destaca a respeito de que é preciso complementar tais ações com a reflexão de âmbito teórico-metodológico, de modo a contribuir “[...] tanto para o planejamento de atividades de aula, quanto para a avaliação dos resultados de seus trabalhos” (FERREIRA, 2018, p. 35). As colocações de Ferreira, em nosso entendimento, vão ao encontro do que assevera Nicolazzi (2019b) a respeito do elo fundamental entre teoria da História, História Pública e Ensino de História, e a centralidade de tal inter-relação nos debates atuais, pois,

[...] o fato é que o pensamento daqueles ocupados em produzir conhecimento deve necessariamente estar atento ao público para quem esse conhecimento é oferecido. E as consequências disso não residem apenas no âmbito disciplinar da historiografia, pois incidem também na própria dimensão política que o conhecimento assume na sociedade (NICOLAZZI, 2019b, p. 217).

Além disso, também é mister que nós, professores e professoras de História, levemos em consideração o fato de que a mobilização, dentro da sala de aula, de informações históricas de qualidade talvez não seja suficiente para o devido enfrentamento às distorções sobre temas político-sociais históricos mais delicados, conforme alerta Icles Rodrigues (2021, p. 180-185). Segundo o autor, é preciso, também, que atuemos de modo a proporcionar que os alunos compreendam “[...] *como se faz História*” (RODRIGUES, 2021, p. 181, grifos do autor), de modo que eles possam entender como se realiza o tratamento com as fontes históricas e suas eventuais lacunas – e como preenchê-las –, conceber a diferença entre pesquisa histórica e simples opinião, da relevância da avaliação por pares etc. (RODRIGUES, 2021, p. 181-185). Enfim, é essencial que os estudantes reconheçam e valorizem a o caráter científico da pesquisa histórica para que eles possam discernir entre conhecimento histórico sério e os diversos negacionismos e distorções (RODRIGUES, 2021, p. 181).

Em consonância com as proposições dos autores anteriormente destacados, entendemos que é necessário considerar o viés público da história ensinada na escola. Nesse sentido, estamos de acordo com o que argumenta Sonia Wanderley (2018), em diálogo com o historiador alemão Jörn Rusen (2015 *apud* WANDERLEY, 2018), a respeito de que o Ensino de História (ou a Nova Didática da História) deve estar intrinsecamente relacionada com a teoria da história e a historiografia, e em relação à “cultura histórica”.<sup>20</sup> Em um momento como o atual, marcado por

---

<sup>20</sup> Conforme Wanderley afirma, a autora concebe o conceito de “cultura histórica” a partir das elaborações teóricas de Jörn Rüsen, para quem a definição de tal ideia consiste na “[...] manifestação da consciência histórica na sociedade em diversas formas e procedimentos. Inclui o trabalho cognitivo dos estudos históricos, bem como as atitudes da

diversas questões e incertezas enfrentadas pelos historiadores e professores de História em meio às várias mídias, à concepção de um presente “eterno” e diante de projetos que visam impor o ensino de uma história “neutra” (WANDERLEY, 2018, p. 96), a autora reitera que o conhecimento histórico deve ser estabelecido enquanto “[...] *episteme* – resultado do conhecimento metodologicamente construído.” (WANDERLEY, 2018, p. 96, grifos da autora). Nesse sentido, a leitura e mobilização das ideias de Rüsen por Wanderley se mostram válidas para o que buscamos reforçar neste artigo. Para Wanderley, é necessário considerar e consolidar a complementaridade entre o conhecimento histórico de cunho científico (a historiografia) com as histórias mais amplas, “outras histórias”, as quais contribuem para a construção da consciência histórica já presente nos indivíduos e que conforma a “cultura histórica” (WANDERLEY, 2018, p. 98). Essa inter-relação está diretamente relacionada, ainda segundo a autora, à necessidade e relevância de produzir e divulgar o conhecimento histórico publicamente, o que, conseqüentemente, ampliaria o campo da Didática da História, interessado em compreender como se dá o aprendizado da História pelo público (WANDERLEY, 2018, p. 98).<sup>21</sup>

Em consonância com o que propõe Wanderley, acreditamos ser pertinente também recorrermos à proposta colocada por Fernando de Araújo Penna e Renata da Conceição Aquino da Silva (2016), ao defenderem a necessidade de se realizar uma complementaridade entre os pressupostos do Ensino de História, da teoria da História e da História Pública.<sup>22</sup> Esse esforço, segundo os autores, contribui para que seja repensada a ideia de que a única função dos historiadores seja produzir pesquisas somente voltadas aos seus próprios pares da Universidade. Nesse sentido, com base nas proposições teórico-metodológicas de Michel De Certeau, os autores sustentam a ampliação da ideia de “operação historiográfica”, elaborada pelo mencionado historiador francês, “[...] de maneira que ela abarque outros lugares sociais, outras práticas e

---

vida cotidiana voltadas para a compreensão do passado e a conceitualização histórica de nossa própria identidade” (RÜSEN, 2015, p. 24 *apud* WANDERLEY, 2018, p. 96). Ainda sobre esse tema, ver também: (ROCHA, 2014).

<sup>21</sup> Wanderley, ao tratar acerca das mudanças ocorridas no que tange aos significados da Didática da História e da consolidação dessa área no Brasil, afirma que tais transformações são oriundas da ideia, desenvolvida e divulgada academicamente na Alemanha desde a década de 1970, “[...] de que a Didática da História tem como eixo de investigação a noção de consciência histórica” (WANDERLEY, 2018, p. 99). Ademais, a autora esclarece, a partir das informações trazidas por Rafael Saddi (2012), que, apesar de a maioria da produção acadêmica concernente aos referidos debates, no Brasil, ampararem-se teoricamente nas proposições de Klaus Bergmann e o já mencionado Rüsen, tais reformulações estão inscritas no que propôs Karl-Ernst Jeismann no supramencionado período, a respeito da ideia de “consciência histórica” (SADDI, 2012, p. 214 *apud* WANDERLEY, 2018, p. 99). Ainda sobre as discussões relativas à Didática da História e sua inter-relação com a História Pública, ver também: (WANDERLEY, 2016).

<sup>22</sup> Ainda sobre as relações entre a teoria da história e o ensino de história, ver o recente artigo de Marcus Leonardo Bonfim Martins (2023).

outros textos e leve em consideração as diferentes formas de inserção no espaço público” (PENNA; SILVA, 2016, p. 196).

Desse modo, essa “operação historiográfica” ampliada estaria a serviço da defesa do âmbito público – o que abrangeria a própria escola pública –, o qual, conforme a leitura dos autores a respeito das indicações teóricas de Hannah Arendt, já existia anteriormente ao nascimento dos indivíduos e permanecerá após aqueles morrerem (ARENDR, 2013a *apud* PENNA; SILVA, 2016). A mobilização e reformulação dos conceitos de Certeau e Arendt, por parte de Penna e Silva, contribuem, assim, para considerarmos que o historiador não permaneça na “torre de marfim” da academia e busque novas formas atuar, ou melhor, “operar”, visando ao alcance de um público mais amplo, em defesa da coisa pública e de modo a superar a dicotomia rígida entre o professor universitário e o professor da educação básica (PENNA; SILVA, 2016, p. 205). Nesse sentido, “Estas operações estão situadas em diferentes lugares sociais, recorrem a diferentes práticas, produzem textos de diferentes naturezas e têm diferentes formas de inserção no espaço público. Todos estes quatro elementos devem ser considerados ao pensarmos estas operações” (PENNA; SILVA, 2016, p. 205).<sup>23</sup> Também recorremos ao que argumenta Valdeci Lopes de Araujo a respeito de o historiador e/ou o professor de História atuar enquanto um “curador de histórias”, na busca pela diversidade e pela democracia, sendo esses dois últimos valores uma condição para o “direito à história” e como forma de desestabilização de discursos preconceituosos, excludentes e negacionistas (ARAUJO, 2017, p. 213). Dessa forma, segundo o autor, “[...] o foco poderia deixar de ser apenas o ‘saber’ ou ‘conhecer’ história, mas também a amplificação de nossa capacidade de contar e ouvir (ler, ver, tocar) histórias como gesto de alargamento do humano, como condição de empatia e educação para a democracia.” (ARAUJO, 2017, p. 214, aspas do autor).

Acreditamos que as mencionadas reflexões anteriores, principalmente as de Penna e Silva (2016) sobre a forma ampliada de atuação (“operação”) do historiador/professor de história em prol do público (e a partir da História Pública), e de Araujo (2017) sobre o historiador enquanto “curador de histórias”, sejam essenciais para, também, concebermos esse profissional enquanto um intelectual público no combate aos negacionismos e crítico aos projetos conservadores que

---

<sup>23</sup> Em consonância com o que propõem Penna e Silva (2016) acerca das relações entre o ensino de história, a História Pública e o âmbito público, também estão as colocações de Federico Jose Alvez Cavanna e Bruno Antonio Picoli (2022). O referido trabalho de Cavanna e Picoli constitui um dos capítulos da recente obra organizada por Bruno Flávio Lontra Fagundes e Sebastián Vargas Álvarez, e publicada em 2022, a qual conta com outros manuscritos acerca das relações entre o Ensino de História e a História Pública. Ver: (FAGUNDES; ÁLVAREZ, 2022).

ainda visam prejudicar a prática docente atualmente. É sobre isso que trataremos no tópico seguinte.

### **A História Pública e o professor de história/historiador como intelectual público no enfrentamento aos negacionismos**

A crítica literária argentina Beatriz Sarlo, em artigo publicado na década de 1990, já refletia sobre as mudanças sofridas pela figura do intelectual e sua atuação no âmbito público<sup>24</sup> no final do século XX. Segundo a autora, diante do “abandono” e do “arcaísmo” do papel desses atores, causados pelo fim das grandes narrativas generalizadoras do século passado, emergiu um considerável particularismo, no qual os intelectuais passaram a, cada vez mais, especializarem-se em suas respectivas disciplinas e relegar, a segundo plano, o discurso crítico que tanto caracterizou tais agentes ao longo do século XX (SARLO, 1993).<sup>25</sup> Assim, tais transformações, segundo Sarlo, contribuíram para a concepção de que o intelectual deixava de tratar publicamente acerca de assuntos de interesse geral, lastreados na crítica, e passava a, cada vez mais por meio de seu discurso técnico, debruçar-se sobre temas mais específicos, apresentando, assim, um conformismo com o poder e a opinião pública já existentes (SARLO, 1993, p. 5). Na esteira do que aponta Sarlo, Adriane Vidal Costa (2016, p. 312), ao tratar sobre o papel público dos intelectuais na América Latina, questiona até que ponto os intelectuais de hoje estariam em “silêncio” diante dos mais variados assuntos dentro de uma sociedade ainda balizada pelos preceitos neoliberais. Nesse sentido, a autora nos oferece uma reflexão necessária, embasada no argumento de que é preciso ter cautela ao tratarmos sobre uma suposta retirada do intelectual do âmbito público. Costa relembra que os intelectuais atuais não estão realizando uma intervenção somente mediante os meios considerados mais tradicionais, como a imprensa escrita, mas

---

<sup>24</sup>Não nos interessa, neste artigo, realizar uma historicização aprofundada dos intelectuais nos diversos espaços, pois isso extrapolaria os limites deste manuscrito. De qualquer modo, sobre esse tema, indicamos os seguintes trabalhos a respeito da história e das possibilidades teórico-metodológicas de abordagem da atuação de tais atores: (SIRINELLI, 2003; ALTAMIRANO, 2006; 2008; MYERS, 2008; DOSSE, 2007).

<sup>25</sup>O filósofo francês Jean-François Lyotard tratou especificamente dessas mudanças no que diz respeito à Universidade, dentro do que chamou de uma “condição pós-moderna”. Segundo Lyotard, a transformação de tais espaços foi marcada por uma transição da Universidade crítica e de princípios universais para uma academia caracterizada pela técnica, pelo “desempenho”, pela “competência”, pela “eficiência” e, inclusive, pela paulatina substituição do professor por máquinas de dados (LYOTARD, 2009, p. 82-96). Em diálogo com Lyotard, Eduardo Prado Coelho propõe as novas “configurações” da atuação dos intelectuais no início do século XXI, quais sejam as relacionadas a praticar uma função de “tradutor” em acepção mais ampla, caracterizada pela “atividade pontifícia” que ligaria as linguagens de âmbitos diferentes, como culturas diversas, senso comum e conhecimento especializado, e por meio de mídias e meios digitais como a internet, mediante uma comunicação “mais desimpedida” (COELHO, 2004, p. 21-22),

também pela televisão e pelas diversas plataformas digitais, como a internet. Por fim, a autora, em diálogo com Beatriz Sarlo, indaga se, diante de tais transformações da figura do intelectual no tempo, esses atores se tornaram totalmente desprovidos da crítica que os caracterizou até finais do século XX (COSTA, 2016).

Ainda nesse sentido, o filósofo político alemão Jürgen Habermas, criador da ideia de esfera pública política moderna<sup>26</sup>, em entrevista relativamente recente, afirma que a questão não se centra tanto no fato de se, atualmente, ainda há ou não os “intelectuais comprometidos”, mas sim residiria no ponto de que “Eles não podem existir se já não há mais leitores aos quais continuar alcançando com seus argumentos.” (HABERMAS; HERMOSO, 2018, online). Ainda para Habermas, isso também se deve ao fato de que a internet teria fragmentado toda a estrutura de uma esfera pública liberal em sua “configuração clássica”, na qual um público leitor, possuidor de considerável condição educacional, colocasse-se ativamente a acompanhar os temas de interesse comum divulgados pela imprensa escrita dita independente (HABERMAS; HERMOSO, 2018, online).

Diante dos impasses relacionados às mudanças sofridas pela figura do intelectual no tempo, destacados por Sarlo e Costa, acreditamos que, em diálogo com Renata Schittino (2016), pensar o conceito de “público”, contido nos termos de uma História Pública, consista em uma forma de estabelecermos um possível elo com o que vimos buscando reforçar neste artigo. Partindo das contribuições teóricas de Hannah Arendt e do já mencionado Habermas, Schittino propõe, especificamente com base em sua leitura do autor alemão, que a filosofia cumpriu uma função de “mediação” entre as diversas disciplinas e ciências especializadas, e a autora utiliza tal argumento habermasiano para pensar o papel do historiador, ou seja, a atuação desse “[...] na esfera pública como mediador – como aquele que amplia a consciência histórica, populariza o conhecimento” (SCHITTINO, 2016, p. 45).<sup>27</sup> Em consonância com tal proposição, Schittino alerta, ainda, que o historiador, praticante de uma História Pública, não deve ser reduzido somente a um simples divulgador científico<sup>28</sup>, que proporciona o conhecimento acadêmico a um

---

<sup>26</sup> Sobre essa discussão, conferir: (HABERMAS, 2003).

<sup>27</sup> Em trabalho anterior ao de Schittino, Jill Liddington também realiza uma discussão sobre os significados de “História Pública” centrado nas proposições teóricas de Habermas, mais especificamente em relação à ideia do que é “público” (LIDDINGTON, 2011).

<sup>28</sup> Em relação a este ponto, acerca das tensões entre a produção do conhecimento histórico por meio de balizas teórico-metodológicas e uma História feita de modo mais “solto” (não científica), acreditamos que também seja pertinente considerar os impasses relativos a pensar o papel do historiador e o seu engajamento intelectual no âmbito público. Nesse sentido, recorreremos ao que Danilo Linard, a partir de sua leitura das proposições do historiador britânico Eric Hobsbawm, argumenta sobre o tema. Para Linard, as indicações de Hobsbawm sobre o engajamento do historiador são frutíferas, pois, segundo o autor, inferem que esse profissional deve estar preocupado com a

público dito “leigo”, um simples “facilitador” do acesso ao conhecimento, mas sim atua como um agente que concebe a ideia de “público” como “compartilhamento”<sup>29</sup>, “[...] e assumirmos esse mundo comum como um diálogo possível.” (SCHITTINO, 2016, p. 45-46). Considerando tais colocações de Schittino, recorreremos, também, às recomendações que Rodrigo Patto Sá Motta (2020) faz acerca do que deveria consistir na “função cívica” e no “compromisso político” tanto da História, quanto do historiador, com as quais estamos de acordo. Segundo Motta, tal postura também pressupõe se colocar no debate de caráter público por meio das mídias digitais, “[...] mesmo que isso eleve ao máximo a tensão com os pressupostos éticos e críticos do nosso trabalho” (MOTTA, 2020, p. 37).

Após as várias declarações públicas do ex-presidente Jair Bolsonaro, realizadas principalmente a partir de 2019 e nas quais defendeu a ditadura e as comemorações sobre tal período histórico do Brasil<sup>30</sup>, houve, por outro lado, uma demanda pela arguição dos historiadores no âmbito público, visando a tratar sobre o referido momento pretérito brasileiro (MOTTA, 2020). Ou seja, demandas que alçaram o historiador na cena pública como uma voz necessária à intercessão pela História. Esse alerta, feito por Motta (2020), é endossado por Sônia Meneses (2020). Ao afirmar que, diante da intensificação do uso, pelo bolsonarismo, de *fake News* (embora essa ação não tenha começado pelos bolsonaristas) enquanto um conhecimento supostamente “verdadeiro”, e da investida de seus simpatizantes contra a produção acadêmica acerca do conhecimento histórico, a autora afirma que a “prática da negação” exige que os historiadores atuem de modo a combater esse negacionismo (MENESES, 2020, p. 54).

---

produção do conhecimento histórico por meio de bases científicas sem exercitar um engajamento “puro e simples”, e que não esteja subordinado a elementos políticos, religiosos e ideológicos. Ainda de acordo com sua leitura dos pressupostos teóricos de Hobsbawm, Linard assevera que “Evidentemente, o engajamento intelectual pode ser direcionado a tais dimensões, mas não pode ser automaticamente subsumido nelas, o que constitui um caminho mais rápido em direção à deturpação, ao abuso, às más condutas que enfraquecem e deslegitimam práticas acadêmicas e científicas.” (LINARD, 2019, p. 100, grifos nossos).

<sup>29</sup> Acreditamos que, em consonância com o que defende Schittino, podemos, também, considerar o que propõe Michael Frisch a respeito de que, no âmbito da História Pública e da História Oral, não haveria uma autoridade teoricamente pertencente somente ao historiador e que, assim, deveria ser compartilhada com público, mas, na verdade, uma autoridade que, em si mesma, já se pressupõe um compartilhamento inerente, de modo dialógico. Assim, segundo Frisch, “podemos imaginar o compartilhamento da autoridade mais fácil e amplamente se reconhecermos autoria como sendo, nesses termos, dialógica por definição [...]. E nós precisamos achar maneiras de agir sobre esse reconhecimento” (FRISCH, 2016, p. 63). No mesmo sentido proposto, a partir do que o autor conceituou de “sensibilidade pós-documentária”, Frisch defende o uso de tecnologias digitais para se romper a dicotomia “criação de conhecimento” e “consumo de conhecimento” e, assim, adotar uma “[...] postura dirigida menos para a gestão arquivística, de um lado, e resultados documentários de outro, e orientada mais para uma atividade *intermediária*, para um espaço mais *criativo*, mais *aberto*, *menos linear* e, *portanto*, *mais compartilhável*.” (FRISCH, 2016, p. 65, grifos nossos).

<sup>30</sup> Ainda sobre essas e outras mobilizações da História da ditadura feitas por Bolsonaro, ver também: (BAUER, 2020).

Considerando tais colocações especificamente sobre o bolsonarismo, também acreditamos ser relevante pontuar, conforme argumentam Valdei Lopes de Araujo, Mateus Pereira e Bruna Klem (2020), que o negacionismo, praticado pelos correligionários bolsonaristas, não está alicerçado em um “vale-tudo relativista”, sendo que, em realidade, as negações se baseiam na difusão de teorias conspiratórias que visam a desvelar a “verdade” escondida pelos poderosos (KLEM; PEREIRA; ARAÚJO, 2020, p. 27). Nesse sentido, temas diversos como a ditadura militar brasileira, o movimento antivacina e o que convencionalmente foi denominado, pelos bolsonaristas, de “ideologia de gênero” são discutidos, por eles, a partir do uso de pressupostos pseudo-científicos e pela desinformação em massa. Segundo os autores, “o negacionismo bolsonarista não admite seu aspecto irracional ou anticientífico, ao contrário, alimenta as expectativas de que uma ciência verdadeira legitima suas narrativas” (KLEM; PEREIRA; ARAÚJO, 2020, p. 27).<sup>31</sup> E essa tentativa de “desvelamento da verdade” negacionista nos coloca diante de outra ameaça à historiografia, segundo Arthur Lima de Avila (2021), que é o da tentativa, por parte deles, de impor uma verdade “absoluta” e excludente, mais conveniente à Nova Direita. Avila se debruça mais especificamente sobre a atuação da *Brasil Paralelo*, empresa que, segundo o autor, reproduziria tais práticas, as quais estariam alicerçadas na

[...] fixação de significados *absolutos*, baseados em falsificações ou exclusões históricas, para nossos mundos; no caso do Brasil Paralelo, amparados em justificativas inaceitáveis do terror de Estado, na lógica de inimizade perene, na deterioração da democracia como valor compartilhado, em uma universalidade falsa, porque respaldada por uma metonímia espúria e na supressão do reconhecimento de feridas históricas coletivas. (AVILA, 2021, p. 173, grifo do autor).

Nesse sentido, ainda em diálogo com Avila, concordamos com o autor quando propõe, em consonância com outros vários autores, a mobilização do conceito de “pluralismo historiográfico”, não no sentido totalmente relativista, mas sim amparado na democratização de aportes teórico-metodológicos e que vise ao estudo dos variados grupos sociais e políticos. Essa proposta, portanto, ainda segundo o autor, permitiria que os historiadores ampliassem seus

---

<sup>31</sup> Rodrigo Perez Oliveira, por exemplo, argumenta que o negacionismo científico iniciado por Olavo de Carvalho tem origem, ao seu modo, em uma vertente da filosofia da ciência na qual houve o questionamento da “incorporeidade” cartesiana do sujeito do conhecimento, e passou a defender mais o testemunho e/ou vivência de algum acontecimento em detrimento da observação distanciada e racional do objeto de estudo. Isso, ainda segundo o autor, explicaria algumas declarações do próprio Olavo de Carvalho, como também seus adeptos, mais especificamente Jair Bolsonaro, de que o trabalho metodológico dos historiadores seria dispensável para a pesquisa e construção do conhecimento a respeito da ditadura militar, pois, para ele, o que teria mesmo valor de “verdade” seria o testemunho das pessoas que viveram naquele período (OLIVEIRA, 2020, p. 81-97). Por seu turno, Juliana Teixeira Souza trata, em artigo recém-publicado, sobre como as críticas de alguns historiadores profissionais brasileiros às ações de caráter afirmativo, nos últimos anos, também se aproximaram dos negacionismos difundidos pelas direitas no Brasil recentemente. Sobre isso, ver: (SOUZA, 2023).

modos de recorrência ao passado frente aos negacionismos e às “historiografias do esquecimento”, em favor da democracia (AVILA, 2021, p. 173-174). Nesse sentido, conforme pontua Motta, “[...] o interesse das mídias e do público em ouvir historiadores indica que a chamada crise da história acadêmica não é fenômeno unívoco. Existem espaços a disputar, trincheiras que podemos ocupar” (MOTTA, 2020, p. 37-38). No mesmo sentido, mencionamos, também, o seguinte apelo feito por Valdei Lopes de Araújo: “Como em outros momentos históricos, precisamos temperar o *ethos* do pesquisador com o de publicista em defesa da democracia e em combate contra os usos e abusos da história”<sup>32</sup> (ARAÚJO, 2023, p. 32-33, grifo do autor).<sup>33</sup>

Considerando as reflexões colocadas por Sarlo, Costa, Schittino, Motta, Meneses e Araujo e Avila, e, também, os argumentos de Ferreira, Nicolazzi, Penna, Silva e Wanderley mobilizados anteriormente neste artigo, acreditamos na possibilidade de reforçarmos o papel do professor de História e do historiador enquanto intelectuais públicos. Isso, a nosso ver, contribuiria fundamentalmente para a consolidação das relações entre o Ensino de História, a teoria da História, a História da Historiografia e a História Pública no combate aos diversos negacionismos e cerceamentos, os quais ameaçam a prática docente e o conhecimento histórico, dentro e fora das salas de aula. E para enfatizar tal papel, estamos em total acordo com o que propõem pesquisadores como Marta de Almeida Rovai (2018), Fernando de Araújo Penna e Rodrigo de Almeida Ferreira (2018). Considerando, inicialmente, o que propõem Penna e Ferreira (2018), quando mobilizam as propostas teóricas de Antonio Gramsci sobre o “intelectual orgânico” e o *flaneurismo* de Walter Benjamin, os autores argumentam que

[...] não vemos o intelectual deslocado da sociedade. Acompanhamos, nesse sentido, o esforço pioneiro de Antonio Gramsci em compreendê-lo enquanto sujeito, cujas ações estão relacionadas ao mundo no qual está inscrito: economia, valores, cultura, política. O deslocamento do intelectual de uma posição isolada para uma imersão no cotidiano, com função social, o torna mais humano e sujeito histórico. Walter Benjamin também compreende o intelectual atrelado ao cotidiano, influenciado pelo contexto nele atuante. [...] O ver, a experiência do tempo, o vivenciar, enfim, as atitudes decorrentes do *flaneurismo* implicam em processar informações e compreender a cidade, seus habitantes e suas dinâmicas (PENNA; FERREIRA, 2018, p. 112, grifos dos autores).

---

<sup>32</sup> Aqui, Valdei Araujo defende essa postura pública do historiador enfatizando as iniciativas e ações realizadas pela ANPUH-Brasil nos últimos dois anos, por meio, principalmente, das plataformas digitais da referida associação acerca de temas como os negacionismos sobre o racismo e a ditadura militar, o *homeschooling*, o Escola Sem Partido, a produtora Brasil Paralelo, feminismo e do bicentenário da Independência do Brasil (ARAÚJO, 2023).

<sup>33</sup> Ainda sobre o vínculo entre a História Pública, a consolidação da democracia e da pluralidade, Cristiano Nicolini (2022), em diálogo com a bibliografia pertinente, afirma que tal inter-relação também reside no apreço pela interdisciplinaridade, a qual consistiria em uma opção para se compreender que os historiadores não podem ficar restritos à Universidade no estudo do passado e da produção do conhecimento histórico.

Concordamos inteiramente com as reflexões de Penna e Ferreira (2018), acima, sobre as possibilidades de conceber o professor de História e o historiador enquanto intelectuais, a partir das proposições teóricas gramsciana e benjaminiana. Por outro lado, endossamos a ressalva, feita pelos já mencionados autores, acerca da necessidade de estarmos atentos às limitações de tais propostas, mais especificamente em relação aos elementos que ainda não consistiam em uma realidade no contexto em que tais teóricos marxistas ponderaram sobre o papel do intelectual. Esses elementos seriam os resultados dos avanços tecnológicos surgidos ao longo do tempo, tais como, principalmente, a televisão, a internet e as redes sociais (PENNA; FERREIRA, 2018).

No mesmo sentido, com a ascensão dos referidos meios de comunicação, houve, ainda segundo Penna e Ferreira, desde os anos 1960, a intenção e ações, por parte de historiadores, de se estabelecer uma ampliação dos públicos visando ao maior alcance das pesquisas produzidas por eles e consistindo, assim, em algumas das incipientes expressões de uma história pública (PENNA; FERREIRA, 2018). Isso, conforme ainda pontuam Penna e Ferreira, visou ao estabelecimento de uma linguagem mais acessível de modo a intensificar a interconexão entre Universidade e sociedade, o que se seguiu com o auxílio da internet no início do presente século, por meio de diversos *sites*, *blogs* e outras plataformas digitais (PENNA; FERREIRA, 2018).<sup>34</sup> Entretanto, os autores ponderam, também, sobre as complexidades existentes entre o fazer intelectual, a acessibilidade da linguagem, a maior difusão do conhecimento histórico e os cuidados para não se conceber tais iniciativas como uma mera simplificação:

O uso de uma linguagem mais acessível não deve ser confundido como reducionismo ou banalização do saber, embora seja um risco. O trabalho intelectual, mediado pela crítica, deve contribuir para a superação do senso comum. A apresentação e explicação do saber favorecem a criticidade do conhecimento corrente. Pensando especificamente na aula de História, ela é o momento em que o conhecimento circulante é

---

<sup>34</sup>Acreditamos que as proposições de Serge Noiret (2015) estejam, indiretamente, em consonância com o que argumentam Penna e Ferreira (2018) acima, mais especificamente em relação à atuação pública do historiador a partir dos recursos tecnológicos e digitais. Em diálogo teórico com autores como Roy Rozenweig, David Thelen, Pierre Nora, Philippe Joutard, entre outros, e tratando sobre a relevância da “história pública digital” para a comunicação entre diversos públicos, Noiret argumenta que “O historiador público deve poder fazer mediação com as formas públicas de conhecimento do passado que a rede oferece, contribuindo na primeira pessoa à narrativa do passado em meios virtuais. Construir uma história pública digital que seja capaz de fazer frente e de mediar de modo crítico a manifestação incessante das memórias privadas – e das memórias coletivas embalsamadas – é certamente um papel profissional destinado ao trabalho do *‘public historian’*.” (NOIRET, 2015, p. 40, grifos e aspas do autor). Dialogando com o já mencionado Noiret e com o restante da bibliografia pertinente, Giliard da Silva Prado levanta a questão acerca de que, apesar de haver pesquisas indicando que o público prefira um contato direto com as fontes históricas e o passado sem a participação do historiador, mostra-se necessário que haja a mediação desse profissional nesse processo, principalmente por meio das mídias digitais (NOIRET, 2015; CARVALHO, 2016; EIROA, 2018 *apud* PRADO, G. S., 2021, p. 20), sendo esse um espaço que, conforme reforça o autor, apresenta-se como um terreno que proporciona o combate às diversas formas de discriminação, às *fake news*, e o negacionismo da ciência e da verdade histórica, por exemplo (PRADO, G. S., 2021, p. 21-22), visão que endossa a discussão que trazemos por meio deste artigo.

problematizado, favorecendo a qualificação do estudante enquanto indivíduo inscrito no seu mundo e atuante sobre as variadas relações que o constroem. *Eis duas nuances de atividade intelectual que nos permitem entender o professor nessa interface: (1) a reflexão crítica, teórica e conceitual sobre o saber; e (2) o viés do intelectual enquanto agente público.* Para isso, seu trabalho deve ultrapassar a dimensão abstrata, operada no plano da articulação das ideias, dos conceitos e dos modelos teóricos, para agir sobre os grupos sociais [...]. Reconhecemos, assim, a interface entre aspectos que fazem do trabalho docente uma atividade intelectual para além do abstrato, com as balizas da história pública. [...] Ademais, destacamos na docência o estabelecimento de reflexões com o estudante sobre nosso papel no processo histórico e das capacidades de atuar no contexto em que estamos imersos. Na sala de aula, portanto, *se desenvolvem práticas de história pública com intensa atividade intelectual* (PENNA; FERREIRA, 2018, p. 113-114, grifos nossos).

Considerando tais contribuições, acreditamos ser possível considerar tais interconexões no esforço de os historiadores se colocarem ativamente de modo político e ético na contenda contra os negacionismos, de maneira a alcançar os diversos grupos sociais nessa empreitada. E, em relação a esse último ponto, recorreremos às propostas de Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2018) no tocante aos desafios de o historiador tornar público o conhecimento histórico sem simplificá-lo, nem perder de vista os debates acadêmicos, a partir de uma conduta mediadora, de cunho político, ético e democratizante. Conforme as palavras da própria autora:

Entende-se que *a ideia de publicização da história possa contribuir para a democratização dos usos do passado sob os interesses do presente, da alteridade e do conflito sempre saudável ao amadurecimento de uma sociedade em busca da compreensão de si mesma enquanto coletividade.* [...] A História Pública é um posicionamento intelectual e político de observação da realidade. Mais do que isso, uma opção pela organização, pela mediação e pela divulgação de conhecimentos que, muitas vezes, estão fora do território da academia e que também ultrapassam o currículo escolar. [...] *a História Pública é compromisso com a construção, o acesso e os efeitos políticos de múltiplo (sic) saberes, que devem circular da forma mais democrática possível.* Qualquer trabalho desenvolvido no sentido da publicização da história não deve significar, no entanto, o abandono de procedimentos preocupados com a seriedade e o caráter analítico na busca de uma produção de conhecimento marcada por compromissos éticos e profissionais. Não significa, nesse sentido, opor-se ao debate acadêmico, *mas, pelo contrário, contribuir para sua ampliação, reformulação e cotejamento* [...] (ROVAI, 2018, p. 185-188, grifos nossos).

E a proposta de mediação defendida por Rovai, em diálogo com Ricardo Santhiago, não diz respeito a uma simplória “tradução” dos conhecimentos históricos produzidos cientificamente (SANTHIAGO, 2016, p. 29 *apud* ROVAI, 2018, p. 188), mas sim, conforme argumenta a autora, “[...] de dar a conhecer os procedimentos e discuti-los coletivamente, inclusive questionando-os” (ROVAI, 2018, p. 188). É nesse sentido que Rovai propõe, ainda com base nas indicações de Santhiago, a prática de uma História Pública feita juntamente “[...] *com o público*” (SANTHIAGO, 2016 *apud* ROVAI, 2018, p. 189). Assim, conforme assevera a autora,

Diante de novas demandas de tantas comunidades que se pretendem fazer conhecer e da disseminação dos recursos tecnológicos quero tratar aqui da imensa possibilidade do

historiador em assumir seu papel de escuta sensível e ética, colaborando não apenas para a divulgação – muitas vezes anedótica – de histórias, mas principalmente para a *democratização do registro, do acesso, da divulgação e, mais do que isso da construção de uma História Pública no sentido de contribuir para a promoção de um conhecimento capaz de sensibilizar e produzir a empatia e o respeito à alteridade humana* (ROVAI, 2018, p. 189, grifos nossos).

Dessa forma, ainda segundo Rovai, tal conduta, praticada pelo historiador e o professor de história, vai ao encontro do que a autora propõe sobre concebermos o papel de intelectuais a ser exercido por esses profissionais, na elaboração e execução de uma História Pública de cunho ético e político. Assim, esse esforço e cuidado de proporcionar um espaço para ouvir a voz dos membros das comunidades denominadas “marginalizadas” ou “subalternas” deve estar atrelado, também, a possibilitar e incentivar o protagonismo desses mesmos grupos sociais em sua autonomia na resistência e na luta diante dos diversos modos de opressão (ROVAI, 2018, p. 188-190). No sentido colocado por Rovai, no excerto acima, quando o historiador e o professor de história são concebidos e concebem a si mesmos como intelectuais públicos e éticos, realizadores dessa ação mediadora, é possível desconstruir os estereótipos, as banalizações e reducionismos reproduzidos por parte da mídia e dos negacionismos a respeito dos negros, indígenas, mulheres e homossexuais. Dessa forma, as diversas expressões de violência histórica e desumanização dessas comunidades, apresentadas de forma anedótica que visa o simples entretenimento, podem ser combatidas a partir da já mencionada conduta mediadora que considere toda a complexidade da história de resistência dos supracitados grupos sociais (ROVAI, 2018). Assim, ainda segundo Rovai, mostra-se necessário “[...] entender tais grupos em toda a sua complexidade de sentimentos compartilhados e em disputa de poder, em suas dimensões de gênero, de etnia, de lugar social” (ROVAI, 2018, p. 190). Além disso, segundo a autora, esse esforço também deve considerar as tensões existentes entre as memórias e as identidades na conformação, inclusive, de uma consciência histórica, ao também recorrer às postulações teóricas de Jörn Rusen (2012 *apud* ROVAI, 2018, p. 192).

Nesse sentido, acreditamos que também seja fundamental retomar e enfatizar os desafios enfrentados pelo historiador diante das *fake news* e da chamada era da “pós-verdade”, as quais tanto contribuem para a disseminação dos negacionismos. Para isso, recorreremos às indicações que Giliard da Silva Prado (2021) realiza acerca do que deveria ser a função social do historiador, principalmente por meio das mídias digitais, diante dessas ameaças. Segundo Prado, considerando a sobreposição das opiniões pessoais aos fatos objetivos, sintoma da “pós-verdade”, a principal questão seria como os historiadores poderiam lançar mão das evidências históricas, trazidas pelas fontes, a um público que já não mais considera a verdade como um referencial fundamental. Para

o autor, ainda que seja impossível acabar com as *fake news*, pois essas não surgiram nos tempos atuais, é imprescindível que os historiadores lidem com algumas renúncias necessárias. Uma delas seria conceber que nós não sejamos as únicas autoridades profissionais no trato com o passado e/ou os únicos mediadores nesse processo, “sendo, em vez disso, apenas interlocutores na produção de relatos sobre as experiências humanas no tempo. [...] Sem abdicar de seu compromisso ético com a verdade, os profissionais da área de História devem abandonar alguns jargões acadêmicos e adaptar sua linguagem ao formato das mídias digitais” (PRADO, G. S., 2021, p. 28-29).<sup>35</sup>

### Considerações finais

Nosso objetivo, por meio deste artigo, foi o de realizar uma revisão bibliográfica e teórica a respeito das inter-relações entre o Ensino de História e a História Pública como enfrentamento aos diversos negacionismos históricos. Por meio da recorrência às contribuições acadêmicas de diversos autores que tratam sobre cada um dos mencionados temas – e acerca de algumas de suas inter-relações possíveis –, endossamos tal interconexão. Inclusive, ressaltando a complementaridade entre Ensino de História e os pressupostos da teoria da história e da história da historiografia, ou seja, do conhecimento histórico produzido na Universidade e articulado com a prática docente nas escolas.

Assim, considerando, mais especificamente, as proposições de Fernando Penna, Rodrigo de Almeida Ferreira (2018) e Marta Rovai (2018), a respeito de se entender o historiador e o professor de história como intelectuais públicos e seu papel ético e mediador, realizado junto aos diversos grupos sociais, acreditamos ser possível proporcionar o protagonismo dessas comunidades. Além disso, concebemos que tais proposições também nos auxiliam a combater publicamente os negacionismos históricos e revisionismos ideológicos relacionados a tais grupos, os quais visam a reproduzir e consolidar uma imagem estereotipada deles ao longo da história. Ademais, ao agirmos enquanto intelectuais públicos e éticos, conforme argumentam os autores

---

<sup>35</sup> Em uma perspectiva alinhada com o trabalho de Giliard Prado está, em nossa visão, o também recente artigo de Pedro Jardel Fonseca Pereira (2022). Pereira, também por meio das discussões teórico-metodológicas sobre a História Digital, busca pensar a Internet como meio relevante de atuação do historiador, profissional esse que, segundo o autor, poderia ser concebido como um “intelectual mediador”, a partir mais especificamente das proposições conceituais elaboradas por Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016 *apud* PEREIRA, 2022). Em relação a este último ponto, entendemos que a proposição de Pereira esteja em consonância com o que Penna e Ferreira (2018) e Rovai (2018) defendem acerca do papel ético e das mediações empreendidas pelo professor de História/historiador enquanto intelectual público.

com os quais dialogamos neste artigo, estendemos o enfrentamento às negações e às tentativas de imposição de verdades absolutas, empreendidos, principalmente, por parte dos grupos de extrema-direita, a respeito de outros processos históricos. Alguns desses processos seriam a escravidão, a Ditadura militar (no caso do Brasil), os preconceitos e estereótipos que separam o Brasil do restante da América Latina, o Holocausto e diversas outras questões e problemas históricos, tratados de forma deturpada e enviesada pelos negacionistas ao longo do tempo. Enfim, conforme debatemos juntamente com os vários autores ao longo deste artigo, também seria uma atuação em prol da consolidação de nossa democracia.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Apresentação**. In: \_\_\_\_\_; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.) **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 7-15.

\_\_\_\_\_. **História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”**. Anais do XXVII Encontro Nacional de História – ANPUH-Brasil. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 22 a 26 de julho de 2013, p. 1-10.

ALTAMIRANO, Carlos. *Intelectuales: notas de investigación*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006.

\_\_\_\_\_. *Introducción general*. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 9-27.

ANDRADE, Everardo Paiva de; ANDRADE, Nívea. **História pública e educação: Tecendo uma conversa, experimentando uma textura**. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 175-184.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. **Independência, atualismo e negacionismo. Como enviar histórias para o futuro**. Fronteiras: Revista Catarinense de História, n. 41, p. 15-36, 24 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. **O direito à História: O(a) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída**. In: GUIMARÃES, Géssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo. (Orgs.). **Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 191-216.

AVILA, Arthur Lima de. **Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico**. Revista Brasileira de História, v. 41, n. 87, p. 161-184, 2021.

BAUER, Caroline Silveira. **Usos públicos do passado da ditadura brasileira em manifestações públicas de Jair Bolsonaro**. In: KLEM, Bruna S.; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAÚJO, Valdei Lopes de. (Orgs.). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro**. Vitória: Editora Milfontes, 2020, p. 183-203.

\_\_\_\_\_. **Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico?** In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e voz, 2018, p. 195-204.

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. **O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns *marcos* da cultura histórica contemporânea.** *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 807-835, set/dez 2016.

BRAGA, S. **A questão da verdade na historiografia após a Shoah.** *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 41, p. 97-121, 24 jan. 2023.

BRAGA, Sabrina Costa; GARCIA, Fernando Gomes. **Usos do passado e o holocausto: Reflexões sobre a questão da singularidade.** *Cadernos de Pesquisa do CDHI*, Uberlândia, vol. 34, n.1, p. 3-14, jan./jun. 2021.

CALDEIRA NETO, Odilon. **Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história.** *Antíteses, [S. l.]*, v. 2, n. 4, p. 1097-1123, 2009.

CARDOSO, Eduardo Wright. **Em busca da mentira: historiadores contra a falsificação do Holocausto.** *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 41, nº 87, p. 89-110, 2021.

CAVANNA, Federico Jose Alvez; PICOLI, Bruno Antonio. **O Ensino de História e a pesquisa em História Pública feitos de *scholé*.** In: FAGUNDES, Flavio Bruno Flávio Lontra; ÁLVAREZ, Sebastián Vargas (Orgs.). **Ensino de História e História Pública: diálogos nacionais e internacionais.** Campo Mourão, PR : Editora Fecilcam, 2022, p. 94-107.

COELHO Prado, Eduardo. **Novas configurações da função intelectual.** In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro. (Orgs.). **O papel do intelectual hoje.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 13-22.

COSTA, Adriane Vidal. **Intelectuais públicos na América Latina: O debate sobre a função do intelectual na revista Casa de las Américas em fins da década de 1960.** In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 299-312.

DE BAETS, Antoon. **Uma teoria do abuso da História.** *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, n. 65, p. 17-60, 2013.

DOSSE, François. **História do tempo presente e historiografia.** *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 4, n.1, p. 05-22, 2012.

\_\_\_\_\_. ***La marcha de las ideas: Historia de los intelectuales, historia intelectual.*** PUV/Universitat de València, 2007.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **Qual é a relação entre a história pública e o ensino de história?** In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e voz, 2018, p. 29-38.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **Ensino de História, mídia e história pública.** In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 185-194.

FRISCH, Michael. **A história pública não é uma via de mão única, ou, De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa.** In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 57-69.

FUNARI, Pedro Paulo. **Anacronismos e apropriações.** In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **Novos combates pela História.** São Paulo: Editora Contexto, 2021, p. 115-143.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Trad.: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen; HERMOSO, Borja. **Jürgen Habermas: “Não pode haver intelectuais se não há leitores”.** *El País*, 8 de maio de 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/25/eps/1524679056\\_056165.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/25/eps/1524679056_056165.html). Acesso em: 07 de jun. 2023.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de; GANDRA, Edgar Avila. **O negacionismo renovado e o ofício do historiador.** *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 46, n. 3, p. 1-17, set.-dez. 2020

LEAL, Bruno. **Fake News: do passado ao presente.** In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **Novos combates pela História.** São Paulo: Editora Contexto, 2021, p.147-171.

LIDDINGTON, Jill. **O que é história pública?** In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.) **Introdução à história pública.** São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 31-52.

LINARD, Danilo. **O historiador e o engajamento intelectual: limites, possibilidades e dilemas éticos nos debates públicos sobre a história.** *Revista Hydra*, v. 4, n. 7, p. 68-102, dez. 2019.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna.** Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa; Posfácio: Silviano Santiago - 12a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MALERBA, Jurandir. **Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *Public History*.** *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 15, p. 27-50, ago. 2014.

MARTINS, M. **Conhecimento histórico escolar em tempos de negacionismo.** *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 41, p. 53-68, 24 jan. 2023.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. **Introdução.** In: \_\_\_\_\_; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 11-20.

MENESES, Sônia. **Bolsonarismo: um problema “de verdade” para a história.** In: KLEM, Bruna S.; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAÚJO, Valdei Lopes de. (Orgs.). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro.** Vitória: Editora Milfontes, 2020, p. 43-55.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. **O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011, p. 1-16.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A história no olho do furacão.** In: KLEM, Bruna S.; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAÚJO, Valdei Lopes de. (Orgs.). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro.** Vitória: Editora Milfontes, 2020, p. 29-41.

MYERS, Jorge. **Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta inicio del siglo XX.** In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina.* Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 29-50.

NAPOLITANO, Marcos. **Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI.** In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **Novos combates pela História.** São Paulo: Editora Contexto, 2021, p. 85-111.

NICOLAZZI, Fernando; MARQUES, Thais Pio. **O que são “usos políticos do passado”, segundo este historiador.** Café História, 30 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/o-que-sao-usos-politicos-do-passado/#:~:text=Segundo%20Nicolazzi%2C%20h%C3%A1%20diferentes%20%E2%80%9Cusos,da%20preserva%C3%A7%C3%A3o%20de%20cartas%20antigas>. Acesso em: 20/06/2023.

NICOLAZZI, Fernando. **O Brasil Paralelo entre o passado histórico e a picanha de papelão.** Sul 21, 7 de abril de 2019. Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniao/2019/04/2019-o-brasil-paralelo-entre-o-passado-historico-e-a-picanha-de-papelao-por-fernando-nicolazzi/>. Acesso em: 07 de jun. 2023.

\_\_\_\_\_. **Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública.** Revista História Hoje, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 203–222, 2019b.

NICOLINI, Cristiano. **Diálogos interdisciplinares a partir da história pública.** In: FAGUNDES, Flavio Bruno Flávio Lontra; ÁLVAREZ, Sebastián Vargas (Orgs.). **Ensino de História e História Pública: diálogos nacionais e internacionais.** Campo Mourão, PR: Editora Fecilcam, 2022, p. 60-71.

NOIRET, Serge. **História Pública Digital – Digital Public History.** Liinc Em Revista, v. 11, n. 1, p. 28-51, 2015.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. **O negacionismo científico olavista: radicalização de um certo regime epistemológico.** In: KLEM, Bruna S.; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAÚJO, Valdei Lopes de. (Orgs.). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro.** Vitória: Editora Milfontes, 2020, p. 81-100.

PENNA, Fernando de Araújo; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **O trabalho intelectual do professor de História e a construção da educação democrática: Práticas de história pública frente à Base Nacional Comum Curricular e ao Escola sem Partido.** In:

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (Orgs.). **História pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado.** São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 109-127.

PENNA, Fernando de Araujo; SILVA, Renata da Conceição Aquino. **As operações que tornam a história pública: A responsabilidade pelo mundo e o ensino de história.** In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 195-205.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAÚJO, Valdeci Lopes de. **Atualismo: pandemia e historicidades no interminável 2020.** Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 1-16, jan.-abr. 2021.

PRADO, Giliard da Silva. **Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet.** Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 13, n. 34, p. 01-35, set./dez. 2021.

PRADO, Maria Lígia. **Defesa do ensino de História nas escolas.** In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **Novos combates pela História.** São Paulo: Editora Contexto, 2021.

RAMALHO, Walderez; CARVALHO, Augusto; MORETTO, Samira Peruchi. 2023. **Apresentação. Fronteiras: Revista Catarinense De História,** n.º 41 (janeiro), p. 04-14. <https://doi.org/10.36661/2238-9717.2023n41.13307>.

ROCHA, Igor Tadeu Camilo; PRATES, Thiago. **Revisionismos, negacionismos e usos políticos do passado: uma apresentação.** Cadernos de Pesquisa do CDHI, Uberlândia, vol. 34, n.1, p. 3-14, jan./jun. 2021.

ROCHA, Helenice. **A presença do passado na aula de História.** In: MAGALHÃES, Marcelo *et al.* (Org.). **Ensino de história: usos do passado, memória e mídia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

RODRIGUES, Icles. **Usos pedagógicos para Youtube e podcasts.** In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **Novos combates pela História.** São Paulo: Editora Contexto, 2021, p. 175-197.

RODRIGUES, T. de O. **Teoria da história e história da historiografia: aberturas para “histórias não-convencionais”.** História da Historiografia: *International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 12, n. 29, 2019.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Publicizar sem simplificar: O historiador como mediador ético.** In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (Orgs.). **História pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado.** São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 185-196.

SANTHIAGO, Ricardo Santhiago; BORGES, Viviane Trindade; RODRIGUES, Rogério Rosa. **O dever público da história no tempo presente: outras linguagens, outras narrativas.** Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, V. 12, n. 1, p. 13-38, jan./jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil.** In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo

(Orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 23-35.

SARLO, Beatriz. *¿Arcaicos o marginales? Situación de los intelectuales en el fin de siglo*. *Punto de Vista*. Buenos Aires, n. 47, Dez., 1993. Disponível em: <https://ahira.com.ar/ejemplares/47-2/>. Acesso em: 20 de nov. 2023.

SCHITTINO, Renata. **O conceito de público e o compartilhamento da história**. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 37-46.

SCOTT, J. W. **Os usos políticos da história**. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 41, p. 37-52, 24 jan. 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Do revisionismo ao negacionismo: pensando uma escrita da história crítica como resistência ao apagamento**. In: FRDERIGO, Fabiana de Souza; GOMES, Ivan Lima (Orgs.). **História e Trauma: Linguagens e Usos do Passado**. Vitória: Editora Milfontes, 2021, p. 183-206.

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais**. In: REMOND, René. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-262.

TEIXEIRA SOUZA, J. **Ações afirmativas, negacionismo e doutrinação ideológica**. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 41, p. 69-96, 24 jan. 2023.

STARLING, Heloisa Murgel. **O passado que não passou**. In: ABRANCHES, Sergio *et al.* **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TOSH, John. **Por que a História importa?** In: FAGUNDES, Flavio Bruno Flávio Lontra; ÁLVAREZ, Sebastián Vargas (Orgs.). **Ensino de História e História Pública: diálogos nacionais e internacionais**. Campo Mourão, PR: Editora Fecilcam, 2022, p. 37-43.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. **Apresentação - Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 41, n° 87, p. 13-36, 2021.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo**. Tradução: Marina Appenzeller. Campinas-SP: Papyrus, 1988.

WANDERLEY, Sonia. **Didática da História escolar: um debate sobre o caráter público da História ensinada**. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (Orgs.). **História pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 95-108.

\_\_\_\_\_. **Narrativas contemporâneas de história e didática da história escolar**. In: In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 207-217.